



Reforma trabalhista será votada com urgência em Plenário

Senadores terão as sessões de hoje e de amanhã para discutir a proposta, que deve ser votada, segundo acordo de líderes, na terça-feira

O Senado aprovou requerimento para que a reforma trabalhista seja analisada com urgência. A votação está prevista para terça-feira e, até lá, os senadores poderão debater a proposta em Plenário. A oposição criticou o ritmo para votar o projeto e o acordo para o Senado não alterar o texto. A Comissão de Direitos Humanos vai enviar ao Plenário pedido para sustar a tramitação do projeto. **3**



Presidente do Senado, Eunício Oliveira (3º à esq.) dirige sessão entre Ricardo Ferraço (E), que é um dos relatores da reforma, Lídice da Mata e José Medeiros

Roque de Sá/Agência Senado

Projeto que cancela precatórios tem análise acelerada **3**

Jucá se reúne com relator na Câmara da reforma política **2**

Verba extra garantirá emissão de passaportes **7**

Debate: população deve ajudar a conter trabalho infantil **6**

Desistência de adoção pode gerar punição **4**

Gerardo Mangel/Agência Senado



Lúcia Vânia entre Raimundo Lira, autor do projeto, e José Agripino, relator

Regulamentação de vaquejada e rodeio é aprovada em comissão

O projeto que regulamenta as práticas da vaquejada, do rodeio e do laço no Brasil foi aprovado ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte e deve seguir para a Câmara. A proposta regulamenta a

emenda que reconhece na Constituição a vaquejada como um bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro. A lei busca assegurar o bem-estar dos animais envolvidos. **8**

Regras para compensar estados exportadores seguem à Câmara

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem regras para compensar os estados exportadores, que perdem arrecadação do ICMS com a desoneração de produtos para

exportação. O montante da compensação é de R\$ 1,9 bilhão para o exercício de 2017. A transferência para estados e municípios é prevista na Lei Orçamentária Anual. **7**

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Na Comissão de Assuntos Econômicos, Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho

Consumo consciente pode fazer parte do ensino ambiental **4**

Comissões decidem emendas que vão propor à LDO 2018 **7**

Avança proposta que busca pôr fim à guerra fiscal entre estados

Aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos, projeto que autoriza o Confaz a convalidar incentivos fiscais concedidos pelos estados segue para o Plenário. **5**

Aécio reassume mandato, rebate acusações e apoia reformas

O senador negou ter cometido crime e reafirmou apoio às reformas do governo. O Conselho de Ética analisa amanhã recurso contra arquivamento de pedido de cassação dele. **2**

JOVEM SENADOR 2017

BRASIL PLURAL: PARA FALAR DE INTOLERÂNCIA

Todos os anos, estudantes de ensino médio das escolas públicas dos estados e do DF têm a oportunidade de conhecer a importância da atividade legislativa no Projeto Jovem Senador.

Conheça o projeto em www.senado.leg.br/jovemsenador

Parceria:

Realização:

Aécio Neves nega crime e diz ser vítima de “armação”

Em discurso de retorno ao Senado ontem, o senador afirmou que não aceitou dinheiro de origem ilícita nem tentou obstruir a Justiça e que a delação da JBS faz parte de uma armadilha contra ele

O SENADOR AÉCIO Neves (PSDB-MG) negou ontem as acusações contra ele, disse que é vítima de uma “armação” e destacou que o seu retorno ao Senado se dá “pela estrita observância da lei, pelo respeito a direitos assegurados e pelo que determina a Constituição”.

— Não cometi crime algum. Não aceitei recursos de origem ilícita, não ofereci ou prometi vantagens indevidas a quem quer que fosse e tampouco atuei para obstruir a ação da Justiça, como me acusaram.

Aécio afirmou que, durante os mais de 30 anos de vida pública, sempre atuou na defesa do interesse público, na preservação do patrimônio dos brasileiros e na correção de injustiças que, segundo ele, impedem o Brasil de alcançar a condição a que tem direito.

Sobre os fatos revelados na delação do empresário Joesley Batista, Aécio diz ter sido vítima de uma armadilha “engendrada e executada por um criminoso confesso de mais de 200 crimes”.

— Não houve envolvimento de dinheiro público. Tratou-



Aécio Neves afirma que acusações contra ele serão desmentidas na Justiça

-se de um negócio particular, entre pessoas privadas. Tudo isso terá local próprio para ser definitivamente provado: a Justiça — afirmou.

Ele destacou que a decisão do ministro Marco Aurélio, do STF, que liberou o seu retorno ao Senado e negou pedido para sua prisão, demonstrou que o afastamento do mandato de um senador representa grave violação de preceitos constitucionais. Aécio ressaltou que está retornando com o propósito de, com os outros parlamentares

e independentemente de filiações partidárias, trabalhar para que o Brasil supere suas dificuldades.

— Quero reafirmar meu compromisso e minha crença na necessidade de continuarmos avançando em uma ousada agenda de reformas, que, aliás, foi a razão do apoio do PSDB ao governo do presidente Michel Temer — disse.

Amanhã o Conselho de Ética deve analisar recurso de Randolfe Rodrigues (Rede-AP) contra o arquivamento do pedido de cassação de Aécio Neves.

Jucá costura com Câmara análise da reforma política

A Câmara dos Deputados tem condições de iniciar as votações da reforma política antes do recesso parlamentar, declarou ontem o líder do governo no Senado, senador Romero Jucá (PMDB-RR). Pela manhã, Jucá reuniu-se com o relator da Comissão Especial da Reforma Política da Câmara, o deputado Vicente Cândido (PT-SP). A criação de um fundo público para campanhas eleitorais foi um dos temas debatidos no encontro.

— O fundo é uma necessidade imperiosa, senão não haverá como fazer eleição. Temos que entregar uma mudança no processo político-eleitoral para a população brasileira, ela está cobrando isso. Essa reforma política tem que ser pra valer, ela tem que ser dura,

firme e clara para a sociedade — disse Jucá.

Senado e Câmara costuram uma reforma de consenso a ser aprovada antes de outubro para que as novas regras possam valer já nas eleições de 2018. Além do fundo eleitoral, as mudanças que ainda estão em debate incluem voto distrital, fim das coligações em eleições proporcionais e cláusula de desempenho.

Jucá afirmou que vem tendo diálogos também com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, para que pelo menos uma proposta de emenda à Constituição (PEC) e um projeto de lei sejam votados em primeiro turno naquela Casa antes do recesso parlamentar que ocorre nas duas últimas semanas de julho.

Segundo Jucá, o Fundo Constitucional Eleitoral deverá ser criado por meio de PEC e outras mudanças serão feitas por projeto. Ambas as propostas seriam votadas primeiro pelos deputados. Mais transparência e fiscalização e gastos menores são o objetivo. Alguns pontos ainda estão em discussão: voto majoritário, voto distrital misto, fim das coligações, cláusula de barreira, federação de partidos.

Nos próximos dias, Jucá promete divulgar um modelo final sobre quais critérios serão usados para a divisão dos recursos do Fundo Constitucional Eleitoral, assunto que ainda será debatido com os presidentes dos partidos. A distribuição deverá levar em conta as bancadas na Câmara e no Senado.

O senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) disse que a criação do fundo eleitoral já tem apoio dos principais partidos. O total dos recursos do fundo para as eleições do próximo ano estaria entre R\$ 3 bi e R\$ 3,5 bi.

— O financiamento privado de campanhas não cabe mais. E sem o fundo eleitoral vai ficar muito difícil realizar as eleições. Não vemos outro caminho. A democracia tem custo.



Jucá conversa com o relator da reforma política na Câmara, Vicente Cândido

Eleito por unanimidade, Lira é o novo líder da bancada do PMDB

Raimundo Lira (PB) é o novo líder do PMDB no Senado. Ele foi eleito por unanimidade ontem e assume após o antigo líder, Renan Calheiros (PMDB-AL), fazer duras críticas à condução das reformas propostas pelo governo e deixar o posto.

— Temos que ter a convicção de que nós não vamos liderar uma bancada com pensamento único — disse Lira.

Apesar de não ter uma previsão de quantos senadores vão votar a favor da reforma trabalhista, ele disse que essa

é a posição do partido, que vai ser expressa pela liderança.

Renan Calheiros apoiou a indicação de Lira:

— Eu acho que o nome que sistematize a variedade de correntes do PMDB pode muito bem cumprir esse papel na democracia — disse.

Para o presidente do partido, Romero Jucá (PMDB-RR), a decisão unânime mostra a unidade da bancada. O novo líder, afirmou, é um político preparado para conduzir a bancada neste momento de mudanças do país.

Comissão de medida sobre Fundo Penitenciário define cronograma

A comissão mista que analisa medida provisória (MP) sobre o repasse de recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) para estados e municípios aprovou ontem o plano de trabalho.

A MP 781/2017 agiliza as transferências e estabelece que os repasses feitos pela

União devem ser obrigatórios e independentes de convênio.

Segundo o governo, o Brasil tem 622 mil presos e o déficit de vagas no sistema penitenciário passa de 240 mil. Para este ano, foram aprovados R\$ 690,9 milhões para o Funpen. O senador Ivo Cassol (PP-RO) preside a comissão.

RÁPIDAS

ALVARO DIAS OFICIALIZA FILIAÇÃO AO PODEMOS

Foi lido em Plenário ontem o anúncio de filiação do senador Alvaro Dias (PR) ao partido Podemos (Pode).

A legenda foi lançada oficialmente em 1º de julho, em evento em Brasília. Alvaro antes era filiado ao PV.

TRECHO DE VIA EM PERNAMBUCO TERÁ NOME DE DOMINGUINHOS

Foi sancionada ontem a lei que denomina como Rodovia Mestre Dominginhos o trecho da BR-423 entre as cidades de São Caetano e Garanhuns, em Pernambuco. A nova lei tem origem em projeto de Armando Monteiro (PTB-PE).

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CCT Loterias

8h30 O PLC 201/2015, que destina 1% da arrecadação de loterias para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, é um dos 32 itens da pauta. Em seguida, análise das emendas à LDO de 2018.

CDR Alvará de construção

8h30 Pauta de 8 itens inclui o PLC 164/2015, que dispensa alvará de construção na averbação para casas térreas com mais de 5 anos. Depois, análise de emendas à LDO.

CAS Demissão sem justa causa

9h Emendas à LDO. Em seguida, votação de projetos como o PLS 274/2012, que cria proteção contra demissão sem justa causa.

CTFC Mensagens subliminares

9h Pauta de 14 itens inclui projeto que proíbe mensagens subliminares em propagandas (PLC 30/2017). Em seguida, escolha das emendas da comissão à LDO de 2018.

CCJ Raquel Dodge

10h A comissão avalia a indicação de Raquel Dodge para procuradora-geral da República e sabatina indicado ao CNJ. Depois analisa emendas à LDO de 2018.

CI Emendas à LDO 2018

11h A comissão define emendas à LDO.

CE Emendas à LDO 2018

11h30 Análise de emendas à LDO de 2018.

CMMC Emendas à LDO 2018

14h A Comissão Mista de Mudanças Climáticas avalia emendas à LDO.

CRA Rastreabilidade de agrotóxicos

14h Audiência interativa debate projeto que institui a rastreabilidade de agrotóxicos (PLS 337/2008).

PLENÁRIO Reforma trabalhista

14h Discussão sobre a reforma (PLC 38/2017).

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER LDO

14h30 Análise de emendas à LDO de 2018.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



Reforma trabalhista ganha urgência em Plenário

Todos os senadores poderão discutir o projeto hoje e amanhã e decisão deve ser na terça-feira. Oposição critica a pressa para votar sem alterações e tenta adiar a votação

O PLENÁRIO APROVOU ontem requerimento de urgência para a tramitação do projeto da reforma trabalhista. Apesar da urgência, até a votação, prevista para terça-feira, todos os senadores poderão se manifestar sobre o projeto, graças a um acordo feito entre o presidente da Casa, Eunício Oliveira, e os líderes partidários.

— Informo que a discussão da matéria poderá ser feita por todos os senadores, embora tenhamos aprovado aqui o requerimento de urgência que permitiria apenas a fala de cinco senadores a favor e cinco contra a matéria — disse Eunício.

Hoje a discussão da reforma trabalhista (PLC 38/2017) terá início às 14h e se estenderá, no máximo, até as 22h. Amanhã os senadores discutirão o texto das 11h às 14h. Na terça-feira, às 11h, será a vez dos líderes partidários, que encaminharão a votação, prevista para a parte da tarde.

Críticas

Apenas senadores contrários ao projeto se pronunciaram em Plenário durante a votação do requerimento de urgência. Paulo Paim (PT-RS) lamentou a pressa para votar a proposta e lembrou que, no início da tramitação, a promessa era

de que haveria tempo para discutir, com o rito normal de análise do projeto. Para ele, os parlamentares estão traindo o povo brasileiro.

— O Senado dá uma de Pôncio Pilatos: lava as mãos e deixa que Cristo — no caso, o povo — seja crucificado porque o Senado não pode mexer uma vírgula em 200 mudanças na CLT. É Congresso bicameral ou unicameral? Vale nós só carimbarmos as matérias? — questionou Paim.

A crítica é a mesma feita por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Segundo ela, o único ponto sobre o qual há unanimidade entre os senadores é a necessidade de ajustes no texto. Em vez de promoverem as mudanças, argumentou, os relatores preferiram esperar que o presidente Michel Temer vete partes do texto, o que faz com que o Senado abra mão do seu papel de Casa revisora.

— Não há um senador que tenha coragem de defender o projeto na íntegra, tal qual aprovado na Câmara. Todos falam em necessidade de mudança — disse a senadora.

Após a aprovação do requerimento, Lindbergh Farias (PT-RJ) levantou questão de ordem para tentar adiar a votação do projeto. Segundo ele, o texto amplia despesas públicas e

reduz receitas e, por isso, teria de trazer estimativa sobre impacto financeiro, como prevê a Constituição. Ele citou redução de remunerações que geraria também queda na arrecadação do governo.

Eunício rejeitou a questão de ordem, porque ela não seria sobre processo legislativo, e sim sobre a constitucionalidade, tema que já foi analisado pelas comissões. Lindbergh prometeu recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Capiberibe diz que proposta prejudicará patrão e trabalhador

Para João Capiberibe (PSB-AP), a reforma não é boa nem para os trabalhadores nem para os patrões. Um dos piores pontos do texto, disse, é o fato de os acordos negociados passarem a valer mais do que a legislação. Para ele, com 14 milhões de desempregados, os trabalhadores não terão força para negociar condições de emprego.

— Uma reforma feita sob encomenda para que todos tenham prejuízos: patrões e trabalhadores —, afirmou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Comissão de Direitos Humanos aprova pedido para sustar tramitação do texto

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) encaminhará ao Plenário requerimento para a suspensão da tramitação da reforma trabalhista. Ao propor o pedido, Gleisi Hoffmann (PT-PR) disse que é preciso aguardar a decisão da Câmara e do STF sobre a denúncia contra Temer.

No requerimento, ela diz

que a crise política atingiu seu ponto mais elevado com a denúncia, em que pela primeira vez um presidente é acusado de corrupção passiva e lavagem de dinheiro durante o mandato. Para ela, diante da gravidade do momento, tanto política quanto econômica, não faria sentido avançar com a reforma.

Segundo Ângela, mudanças na CLT são retrógradas e cruéis

Ângela Portela (PDT-RR) criticou diversos pontos da reforma trabalhista e classificou as mudanças de retrógradas e cruéis com os trabalhadores.

A prevalência do negociado sobre o legislado e a terceirização nas atividades-fim das empresas são itens que preocupam a senadora. Ela questionou também a criação da figura do autônomo que presta serviços contínuos e exclusivos para a mesma empresa.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Paim destaca que sindicalistas repudiam novas regras

Paulo Paim (PT-RS) disse que o Senado vai começar a debater a reforma trabalhista em clima de instabilidade política, econômica e social. Ele lamentou o fato de a proposta ser discutida em regime de urgência. Segundo ele, a pressa em votar o texto quebra um acordo entre os líderes partidários.

Paim apresentou documento de sindicatos que traz críticas ao projeto, ao governo e ao Congresso por querer aprovar as mudanças.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Projeto que cancela precatórios terá tramitação acelerada

O Plenário aprovou ontem requerimento de urgência para exame do projeto que cancela os precatórios e as requisições de pequeno valor (RPV) depositados há mais de dois anos em banco federal e que não tenham sido sacados pelos beneficiários. A proposta (PLC 57/2017) deverá ser votada após o projeto da reforma trabalhista, na próxima semana.

Aprovada a urgência, o texto poderá ser votado diretamente no Plenário, sem passar pelas comissões do Senado. Atualmente, ele tramita nas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE).

O valor dos precatórios ou RPVs cancelados será transferido para a Conta Única do Tesouro Nacional. O projeto

também determina que pelo menos 20% do total deverá ser aplicado pela União na educação e 5% no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte. Após o cancelamento, o credor deverá ser comunicado e poderá requerer novo “ofício requisitório” para reaver os valores não reivindicados anteriormente.

Críticas

Alguns senadores contrários à proposta apontam tentativa do governo de usar os recursos para cobrir a meta de déficit primário. O projeto possibilita o retorno ao Tesouro de quase R\$ 9 bilhões, estima-se.

Em debate recente na CAE, Jorge Viana (PT-AC) disse que o texto, de autoria do Executivo, vai contra a Constituição, que

diz que créditos abertos de precatórios devem ser consignados à Justiça.

Para Ricardo Ferraço (PSDB-ES), vários questionamentos podem ser levantados sobre o projeto. Ele avalia que precatórios em decorrência de condenações judiciais em decisões transitadas em julgado são direito líquido e certo do cidadão. O senador considera que o projeto trata dívidas da União como se fossem receita:

— É o que chamamos de contabilidade criativa — criticou.

Armando Monteiro (PTB-PE) disse que é “esdrúxulo” transformar passivo em receita.

— Gera despesa, porque que rem vincular parte dessa receita a gastos em educação. É um “pedágio cívico” que teríamos que pagar para poder aprovar

medida artificial como essa.

Simone Tebet (PMDB-MS) avalia que é possível salvar o projeto, com o compromisso de vetos, por isso pediu vista. Lindbergh Farias (PT-RJ) também pediu vista, mas espera que o texto seja rejeitado. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou que o governo já gastou o dobro do que deveria, segundo o teto de gastos, e com o projeto tenta cobrir essas despesas.

O relator na CAE, Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), lembrou que esse instrumento já foi usado no Congresso.

— O Congresso, sensível a estados que não conseguiram pagar sequer aos servidores, aprovou a PEC dos Precatórios, que permitiu o acesso dos tesouros estaduais a essa importante fonte de financiamento.

Congresso não deve aprovar “pedalada”, afirma Vanessa

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) criticou projeto que cancela precatórios federais não sacados. Ela disse que, com a medida, o governo quer cobrir déficit no Orçamento. Para a senadora, se o Congresso aprovar o projeto, será uma “pedalada” com anuência do Parlamento. Ela criticou outras ações do governo contra a crise.

— Por isso que a gente vê a pressa do governo em aprovar a reforma trabalhista e a reforma previdenciária.



Jefferson Rudy/Agência Senado

RÁPIDAS

SENADO APROVA METAS MONETÁRIAS DO GOVERNO

O Plenário aprovou ontem projeto com a programação monetária do governo federal para o quarto trimestre de 2016. O texto segue para a Câmara. O PDS 115/2017 teve o senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) como relator.

ACORDO ESTABELECE CRITÉRIOS PARA USO DO MERCÚRIO

O Senado aprovou o texto da Convenção de Minamata sobre Mercúrio (PDS 114/2017). O acordo, assinado pelo Brasil e por 91 países no Japão, em 2013, estabelece critérios rigorosos para o uso do mercúrio.

CONSELHO DO MINISTÉRIO PÚBLICO TEM NOVO INTEGRANTE

Foi aprovada ontem pelo Plenário a indicação do juiz Luciano Nunes Maia Freire, do Tribunal de Justiça do Ceará, para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por indicação do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

NOME PARA DIRETORIA DA CVM PASSA EM PLENÁRIO

Por 54 votos favoráveis, 5 contrários e 1 abstenção, o Plenário aprovou a indicação de Gustavo Machado Gonzalez para o cargo de diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A aprovação será comunicada à Presidência da República.

INDICADOS MEMBROS DA CPI DOS MAUS-TRATOS ÀS CRIANÇAS

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, leu os senadores indicados pelos blocos partidários para integrar CPI dos Maus-Tratos Às Crianças, cuja criação foi requerida por Magno Malta (PR-ES). A CPI agora já pode ser instalada.

Educação ambiental poderá incluir consumo consciente

Projeto, que segue para o Plenário, prevê que governo faça campanhas para estimular consumidor a preferir produtos mais sustentáveis, como os feitos de materiais alternativos, em vez de pele de animais

O PODER PÚBLICO poderá incentivar a sociedade, por meio de campanhas educativas, a cobrar padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços, especialmente os de origem animal. A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou ontem projeto de lei da Câmara que inclui preceitos de bem-estar animal na Política Nacional de Educação Ambiental.

A proposta recebeu voto favorável, com três emendas, da relatora, senadora Ângela Portela (PDT-RR), e segue agora para votação no Plenário.

O PLC 105/2014, do deputado Weliton Prado (PT-MG), insere entre os princípios básicos da educação ambiental o reconhecimento da interdependência entre meio ambiente, seres humanos e animais e o estudo dos preceitos de bem-estar animal.

Na justificativa do projeto, o autor cita procedimentos cruéis utilizados para retirada da pele de animais, usada na confecção de casacos, e situações onde o processo é efetuado com os animais

ainda vivos. Ele considera necessária a conscientização do consumidor, para que prefira produtos feitos com materiais alternativos à pele de animais.

Para reforçar esse desestímulo à fabricação e ao uso de produtos à base de pele animal, a relatora inseriu, por uma emenda, alerta para a necessidade de uso de produtos alternativos, para evitar o uso de peles de animais silvestres ou domesticados. Segundo o autor do projeto, os Estados Unidos e a Itália proibem o comércio de peles desde 2000.

Ângela também fez outras recomendações para disseminar padrões de produção e consumo sustentáveis. Uma delas é acrescentar, entre as prioridades da educação ambiental, o reforço à responsabilidade dos consumidores no processo de descarte de resíduos sólidos, favorecendo a coleta seletiva, reutilização e reciclagem de lixo.

Código Florestal

A CMA votou ainda quatro requerimentos extra-pauta, todos de autoria do

vice-presidente da comissão, Wellington Fagundes (PR-MT). Dois deles referem-se à realização de audiência pública sobre o estágio atual de implementação, os impactos e as perspectivas relativas às cotas de reserva ambiental, ao pagamento por serviços ambientais (PSA) e aos programas de regularização ambiental.

Outro requerimento solicita a realização de seminário, em Cuiabá, para debater a implementação, os impactos e as perspectivas de utilização do Cadastro Ambiental Rural (CAR). O último requerimento pede informações ao Tribunal de Contas da União (TCU) sobre todos os instrumentos econômicos e técnico-ambientais já listados anteriormente, previstos no Código Florestal.

Segundo o senador, todas as informações colhidas nos debates e no pedido de informações ao TCU deverão balizar a posição da CMA sobre a política pública escolhida para avaliação em 2017, sobre os instrumentos econômicos e técnico-ambientais previstos no Código Florestal.

Projeto cria declaração fiscal única para entidades sem fins lucrativos

Pequenas entidades e associações sem fins lucrativos poderão enfrentar menos burocracia na prestação de contas ao fisco. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer favorável ao PLS 534/2015, de José Medeiros (PSD-MT), que cria uma declaração única de informações socioeconômicas e fiscais da pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos de pequeno porte.

O texto poderá seguir diretamente para a Câmara dos Deputados, se não houver recurso para que seja votada no Plenário.

Hoje essas entidades devem manter escrituração contábil com registro de receitas e despesas e precisam apresentar todas as declarações exigidas pela legislação tributária. Para o relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), o projeto atende o interesse público e contribui para simplificar atuação das entidades de pequeno porte do chamado terceiro setor.

— Isso estimula a proliferação de instituições tão importantes, responsáveis por aperfeiçoar a prestação e o controle dos serviços públicos e realizar atividades de filantropia.

Proposta busca reduzir desistência imotivada em processos de adoção

A desistência injustificada do processo de adoção durante o estágio de convivência, como se define o período em que a criança ou adolescente se adapta à nova família, pode determinar a cassação da habilitação do renunciante para outra adoção. A medida é prevista em projeto de Aécio Neves (PSDB-MG) aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).

A proposta (PLS 370/2016) será encaminhada para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde terá decisão final. Na CDH, o relator foi Paulo Paim (PT-RS).

Pelo projeto, a cassação da habilitação não exclui a possibilidade de responsabilização do desistente no plano da legislação civil. Com emenda apresentada por Paim, a eventual responsabilização passa a ter como objetivo a busca de “reparação por danos morais ao adotando”.

O texto estabelece que a desistência da adoção seja avaliada pela equipe interpro-

fissional ou multidisciplinar a serviço da Justiça da Infância e da Juventude. Devem ser levados em consideração, entre outros fatores, a idade da criança e o tempo transcorrido no estágio de convivência até a desistência. Se o juiz considerar a justificativa inconsistente, poderá cassar a habilitação do pretendente.

Aécio ressalta que, em alguns casos, não há compatibilidade entre a família e o adotando. Em outros, porém, as famílias desistem do processo sem nenhuma razão aceitável. Para ele, algumas situações podem constituir “verdadeiro abuso” por parte dos adotantes e causar danos irreversíveis à criança. “Isso pode resultar na vivência de um segundo trauma de ruptura, já que não será a primeira vez que a criança ou adolescente foi abandonado”, justifica.

Paim salientou que o projeto pode ajudar a evitar comportamentos frívolos no processo de adoção.

Ministro e diretor da Abin devem prestar informações a comissão

A Comissão de Direitos Humanos aprovou ontem requerimento para transformar as convocações, de efeito compulsório, do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Sergio Etchegoyen, e do diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Janér Tesch Alvarenga, em convites. Eles comparecerão, em 8 de agosto, para prestar esclarecimento sobre notícias que citaram que Michel Temer teria acionado a Abin para espionar a vida do ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal.

O requerimento que transformou as convocações em convites resultou de acordo que teve como contrapartida a fixação da data para a audiência. Autor dos requerimentos de convocação, Randolfe Rodrigues (Rede-AP) disse que os fatos noticiados são da maior gravidade, havendo necessidade de explicações.

— As notícias dão conta de que, pela primeira vez na história do país, um ministro do Supremo foi grampeado por órgão vinculado à Presidência e que tem por função garantir a segurança do senhor presidente da República.



Presidida por Davi, Comissão de Meio Ambiente aprovou requerimentos de Wellington, vice-presidente do colegiado

Quintella falará sobre privatização da Infraero

O ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Maurício Quintella, deve comparecer à Comissão de Infraestrutura (CI) para prestar esclarecimentos sobre concessões de aeroportos, obras em rodovias e ferrovias e exploração de portos.

Um dos focos dos parlamentares é a intenção do governo de privatizar a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), com venda de suas partes e possibilidade de concessão em blocos do sistema aeroportuário.

A expectativa é que a audiência pública ocorra apenas após o retorno do recesso parlamentar, em agosto. Os convites

foram aprovados na reunião de ontem. Os requerimentos para a audiência pediam a presença de Quintella e de outros convidados, mas ficou acordada, primeiro, a vinda do ministro.

Para a autora de um dos pedidos, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), a decisão do governo de extinguir a Infraero até 2018 e a privatização dos 54 aeroportos sob gestão da empresa pública, inclusive o de Manaus (o mais lucrativo da Infraero por causa da movimentação de cargas na Zona Franca), deve ser revista.

— Isso é um crime de lesa-pátria — argumentou a senadora, ao lembrar que o aeroporto se localiza na Amazônia,

área considerada estratégica.

Ela pediu que o ministro dê detalhes sobre o Decreto 9.048/2017, que visa desburocratizar e flexibilizar operações, concessões e arrendamentos de portos brasileiros.

Roberto Muniz (PP-BA) e Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) propuseram que o ministro fale sobre investimentos nas obras das Ferrovias Oeste-Leste, Transnordestina e Biocênica. Wellington Fagundes (PR-MT), presidente da Frente Parlamentar de Logística, Transporte e Abastecimento, sugeriu que ele relate o andamento de investimentos e obras em todos os modais de transporte do país.

Projeto para dar fim a guerra fiscal vai a votação no Plenário

Aprovado ontem em comissão, texto autoriza o Confaz a convalidar créditos de ICMS já concedidos pelos estados e flexibiliza quorum para novas isenções

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto que autoriza o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) a convalidar créditos tributários decorrentes de isenções, incentivos e benefícios que foram dados irregularmente. O substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 130/2014 também flexibiliza o quorum que exige a unanimidade na decisão autorizativa de todos os estados e do Distrito Federal para que sejam concedidos benefícios fiscais de ICMS.

O substitutivo (SCD 5/2017) segue para o Plenário, que ontem aprovou requerimento de urgência para análise do texto. A previsão é que ele seja votado na próxima quarta-feira.

O relator, senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), afirmou que o projeto tenta resolver a “guerra fiscal” do ICMS entre os estados. Ele explicou que o substitutivo estabelece que os benefícios fiscais relativos ao ICMS, tenham sido ou não concedidos na



Para Ferraço (à dir., ao lado de Armando Monteiro), a proposta evita inconstitucionalidades

“guerra fiscal”, serão considerados subvenção para investimento, evitando incidência de tributos federais, como o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

— Esse projeto dialoga com a convalidação e com regras de transição para que possamos migrar para outro modelo. Esse assunto foi discutido no

Senado e na Câmara. Estamos fazendo ajustes pontuais de redação. Agora precisamos votar, até porque há uma súmula vinculante no Supremo, do ministro Gilmar Mendes, que pode a qualquer momento declarar a inconstitucionalidade desses incentivos, e aí a desorganização vai ser muito grande — argumentou Ferraço.

Texto altera divulgação de balanço contábil

Todas as empresas de grande porte, mesmo as que não são sociedades anônimas, e sim sociedades limitadas, deverão divulgar os balanços contábeis para promover a transparência e a publicidade empresarial. É o que determina projeto aprovado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), na forma de um substitutivo. O projeto ainda deverá passar por turno suplementar de votação. Confirmada a aprovação, o texto poderá seguir para a Câmara se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado.

O autor do PLS 632/2015, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), argumentou que atualmente as sociedades de grande porte — as com ativo superior a R\$ 240 milhões ou receita bruta anual superior a R\$ 300 milhões — devem seguir as regras sobre escrituração e elaboração das demonstrações financeiras constantes da Lei das S.As., além de passar por auditoria independente feita por auditor registrado na Comissão de

Valores Mobiliários (CVM).

No entanto, não está prevista a publicação das demonstrações contábeis de todas as empresas de grande porte que não são S.As., ou seja, a divulgação dos balanços é opcional, e o projeto busca alterar esse ponto.

Publicação

O relator, senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), concorda com o teor da proposta, mas apresentou um substitutivo em que atenua uma das exigências para as empresas de grande porte de sociedade limitada. O texto dele estabelece que a divulgação obrigatória dos demonstrativos financeiros poderá ser feita de forma resumida na imprensa oficial e em jornais de alta circulação, para evitar custos demasiados, e publicada na íntegra no site da CVM e no da própria empresa.

“Dada a evolução da tecnologia nas últimas décadas, acreditamos que a melhor forma de disponibi-

lizar as demonstrações contábeis das empresas abrangidas por esse projeto é em sítios na internet, onde o histórico de informações poderá ser consultado a qualquer momento e os dados de interesse do usuário das informações poderão ser disponibilizados inclusive em formatos mais adequados para manipulação”, defendeu no substitutivo.

O senador Lindbergh Farias (PT-RJ) manifestou preocupação da CVM com o fato de que, embora a comissão não fiscalize as empresas fechadas, pareça ser ela a responsável pela fiscalização ao divulgar os balanços. Ferraço afirmou, no entanto, que a CVM prestará um serviço à sociedade, divulgando os balanços, mesmo não tendo responsabilidade sobre a fiscalização dessas empresas.

— A CVM continua não fiscalizando as companhias fechadas, não há alteração nisso. Apenas vai manter, no seu site, os balanços dessas grandes companhias para a consulta de quem desejar — ressaltou Ferraço.

Projeto eleva tributo a fornecedor em paraíso fiscal

Os encargos suportados pelos prestadores de serviços e fornecedores de mercadorias localizados no Brasil e por aqueles que procuram os paraísos fiscais para pagar menos tributos poderão ficar iguais. Esse é o objetivo do Projeto de Lei do Senado (PLS) 535/2015, aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O projeto segue para a Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para votação

do texto em Plenário.

De autoria do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), a proposta eleva de 25% para 34% a alíquota do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre rendimentos obtidos no Brasil por beneficiário que seja residente ou domiciliado em país com tributação favorecida (paraísos fiscais) ou que usufrua de regime fiscal privilegiado.

Com isso, segundo Ferraço, a tri-

butação desses contribuintes ficaria equalizada à das empresas sediadas no Brasil, que pagam IRRF de 25% e mais 9% de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

O relator do projeto, senador Cristovam Buarque (PPS-DF), disse concordar com a medida, pois, como argumentou, sob condições concorrenciais equânimes, as empresas nacionais vão preferir contratar fornecedores domiciliados no Brasil.

RÁPIDAS

EXTINÇÃO DE REGISTROS DE EMPRESA PODE PASSAR A SER EM ATÉ 5 DIAS ÚTEIS

O processo de extinção dos registros de empresa em rede nacional integrada deverá ser concluído em até cinco dias úteis após a baixa no órgão específico de registro. A determinação está prevista no substitutivo ao PLS 150/2016, aprovado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O projeto deve ser analisado em turno suplementar antes de seguir para a Câmara.

No relatório, Valdir Raupp (PMDB-RO) propõe um texto alternativo ao projeto de Hélio José (PMDB-DF). O texto original estabelecia o prazo de dois dias úteis para a baixa do registro em todos os órgãos federais, estaduais, distritais e municipais, a partir do protocolo do requerimento na junta comercial.

Raupp propôs que, após a baixa do registro, deverão ser extintos os registros do empresário ou da pessoa jurídica em todos os órgãos integrantes da Redesim, no prazo de cinco dias úteis, sem necessidade de qualquer providência do empresário ou da pessoa jurídica. A Redesim integra todos os órgãos relacionados ao registro de empresas, em nível federal, estadual e municipal.

REGRA PARA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS TERÁ VOTAÇÃO SUPLEMENTAR

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer favorável ao PLS 18/2016, de Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), que visa dar mais segurança aos negócios jurídicos firmados com empresa em recuperação judicial. Como recebeu substitutivo do relator, Dalírio Beber (PSDB-SC), voltará à pauta da CAE para votação suplementar. Se for novamente aprovado, poderá seguir à Câmara dos Deputados.

O texto trata dos créditos extraconcursais, decorrentes de obrigações assumidas pela empresa em fase de recuperação judicial. Tais créditos têm prioridade na ordem de pagamento, caso haja posterior decretação de falência. A intenção do autor é mudar a redação da nova Lei de Falência para deixar claro que o crédito é considerado extraconcursal no momento em que o juiz decide conceder a recuperação judicial. Na atual lei, diz ele, há dúvida sobre o momento em que surge o crédito extraconcursal: se com a apresentação do pedido de recuperação, se a partir da decisão que defere o processamento ou se a partir da concessão da recuperação.

AVANÇA PROPOSTA QUE PODE AGILIZAR RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS RURAIS

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem substitutivo ao projeto que prevê regras para que agricultores que contraíram empréstimos e estejam inadimplentes possam renegociá-los de forma mais ágil e diretamente com bancos (PLS 354/2014). O texto passará por votação suplementar antes de ir à Câmara.

A autora, Ana Amélia (PP-RS), disse acreditar que endividamentos dos produtores serão solucionados com mais rapidez e menor custo se os bancos forem incentivados a promover acordos por processos administrativos.

O texto define regras para esses acordos, como prazos. Para concluir processo de renegociação, prevê até 180 dias, com a possibilidade de prorrogação.

O projeto determina que, após o pedido de negociação da dívida, o banco terá até 60 dias para responder. O relator, Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), apresentou substitutivo, que prevê, entre outros pontos, exclui artigo que proibia cobrança de despesas procedimentais.

AUDIÊNCIA SOBRE CRISE FISCAL DEVE TER PRESENCIA DE MINISTRO DO PLANEJAMENTO

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, será convidado a participar de audiência pública da CAE para avaliar a crise fiscal. O pedido de Armando Monteiro (PTB-PE) para a audiência foi aprovado ontem. A data ainda será definida.

A lista de convidados inclui o economista-chefe do Credit Suisse, Nilson Teixeira; o presidente do Insper, Marcos Lisboa; e o diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, Felipe Salto.

Gestor pede apoio contra o trabalho infantil

Em seminário promovido pela Representação Brasileira do Parlasul, diretor do Ministério do Trabalho disse que a sociedade deve se mobilizar e colaborar na fiscalização

O DIRETOR DO Departamento de Fiscalização do Trabalho do Ministério do Trabalho, João Paulo Machado, afirmou ontem que é preciso que a população colabore na fiscalização do trabalho infantil, pois o número de auditores fiscais do órgão nunca esteve tão baixo.

Machado participou de seminário internacional que reuniu, na Câmara dos Deputados, parlamentares brasileiros e de outros países da América do Sul para debater a relação entre o trabalho infantil e a reforma da Previdência.

O seminário foi promovido pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) e teve a participação de parlamentares do Brasil, da Argentina e do Paraguai, assim como de representantes dos Ministérios da Fazenda e do Trabalho.

Fiscalização

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 2,7 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos trabalham no país, o que equivale a 5% da população nesta faixa etária.

— Somente de 2014 para 2015, foram retiradas 660 mil crianças do trabalho, mas a fiscalização sozinha não é suficiente. É preciso colaboração da sociedade — disse Machado.

Os deputados do Parlamento do Mercosul José Manuel Torres Martínez,



Parlamentares do Brasil, da Argentina e do Paraguai participaram do evento, que avaliou a relação entre o trabalho infantil e a reforma da Previdência

do Paraguai, e Ana Maria Corradi, da Argentina, explicaram as medidas adotadas pelos governos dos seus países para erradicar o trabalho infantil. Os dois países têm uma espécie de bolsa-família, equivalente a US\$ 50 mensais por núcleo familiar, destinada a complementar a renda e fazer com que as crianças frequentem a escola.

No caso da Argentina, explicou Ana María, o benefício atende 4 milhões de jovens, mas sofreu corte de 35% pelo governo, o que representa uma ameaça para o programa.

— No sul do continente, 11% a 15% das crianças e adolescentes de até 17 anos trabalham. São 14 milhões em toda a América Latina — relatou.

No Paraguai, segundo Torres Martínez, há 1 milhão de crianças de 10 a

17 anos, e 25% delas trabalham.

Os dois deputados reforçaram a importância de estratégias comuns de enfrentamento do problema nos países do Mercosul.

O deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) afirmou que a reforma da Previdência, em tramitação na Câmara, tira renda das famílias, dos pensionistas e de quem recebe o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o que pode levar ao trabalho infantil.

Desigualdades

O representante do Ministério da Fazenda foi o sub-secretário de Regime Geral de Previdência Social da pasta, Benedito Adalberto Brunca. Ele disse que o texto aprovado pela comissão especial da Câmara atenuou vários

pontos da proposta original e que o objetivo é diminuir as desigualdades entre os trabalhadores e permitir que o regime seja sustentável a longo prazo.

Segundo Brunca, não adianta prever direitos que não serão cumpridos por falta de recursos no futuro, como acontece hoje em pequenos municípios e estados como o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul, que enfrentam dificuldades para pagar aposentadorias.

— Não adianta ter carta de direitos. Nós temos que ter, na verdade, a garantia mensal do pagamento dos benefícios. Se esse salário mínimo não for pago, não for honrado, aquela carta não adiantou nada para os segurados — disse.

Com Agência Câmara

Receita se opõe a MP sobre regularização tributária

Representante da Receita Federal manifestou-se ontem contra medida provisória que regulariza a situação tributária de pessoas físicas ou jurídicas. O subsecretário de Arrecadação, Cadastros e Atendimento da Receita, Carlos Roberto Occaso, falou em audiência da comissão que analisa a MP 783/2017.

A medida criou o Programa Especial de Regularização Tributária e possibilita a quitação de dívidas de pessoas físicas ou jurídicas com a Receita e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com vencimentos até 30 de abril de 2017.

Occaso destacou a posição contrária da Receita aos programas especiais de parcelamento. Segundo ele,

muitas das empresas que aderem aos financiamentos não regularizam suas dívidas.

— A Receita se posiciona tecnicamente contrária à edição de parcelamentos especiais. Principalmente a aqueles em que concede benefícios de redução de multijuros. Por quê? Não tem atingido o objetivo esperado: incrementar a arrecadação e promover a regularidade dos devedores.

Favorável à MP, o gerente-executivo de Política Econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Flávio Castelo Branco, criticou o posicionamento da Receita e da Fazenda Nacional e pediu a aprovação da regularização tributária.

— Ela tem como efeitos a

melhoria das condições financeiras, a normatização da atividade econômica. E, portanto, em um momento seguinte, a recuperação da base tributária em que os impostos correntes são recolhidos.

Para o presidente da comissão mista, Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), é preciso atender as demandas do setor produtivo para a retomada do desenvolvimento econômico.

— Ao longo desses últimos três anos com essa grave crise, que o país andou para trás, essas empresas tiveram dificuldades de pagar seus compromissos. É importante que venha um certo fôlego.

O relator da MP é o deputado Newton Cardoso Jr (PMDB-MG).

Fátima destaca Conferência Nacional Popular de Educação

Fátima Bezerra (PT-RN) chamou a atenção para o lançamento da Conferência



Jefferson Ruy/Agência Senado

Nacional Popular de Educação (Conape) de 2018. A conferência, disse, foi criada por entidades de defesa da educação como resposta aos “ataques” do governo federal à educação brasileira.

Segundo a senadora, o ministro Mendonça Filho desrespeita o Fórum Nacional de Educação, que nunca foi convocado para participar de debates sobre a reforma do ensino médio e a Base Nacional Curricular Comum.

Ana Amélia diz que Lava-Jato ajuda no combate à corrupção

A senadora Ana Amélia (PP-RS) destacou a importância da Operação Lava Jato para acabar com a corrupção no Brasil.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Ao citar as prisões do empresário do ramo do transporte público do Rio de Janeiro Jacob Barata e do ex-ministro Geddel Vieira Lima, Ana Amélia afirmou que é necessário “passar o país a limpo em todas as áreas”.

— A lei é para todos e não adianta reclamar. Tem que cumprir a decisão judicial — afirmou a senadora.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Compensação a estado exportador vai à Câmara

Projeto disciplina forma como serão alocados os recursos de R\$ 1,9 bilhão previstos na lei orçamentária deste ano para compensar o que os estados deixam de arrecadar com o ICMS

REGRAS PARA COMPENSAÇÃO aos estados exportadores, que perdem arrecadação do ICMS com a desoneração de produtos para exportação, foram aprovadas na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O projeto (PLS 38/2017), de Lúcia Vânia (PSB-GO), estabelece o montante dessa compensação em R\$ 1,9 bilhão para o exercício de 2017.

O relator, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), esclarece que a transferência para estados e municípios está prevista na Lei Orçamentária Anual para 2017.

— O que o projeto pretende não é criar novas despesas para a União, mas tão somente disciplinar a forma como os recursos serão alocados — disse.

O projeto segue para a Câmara, a menos que haja recurso para votação em Plenário.

O texto prevê a transferência para estados, Distrito Federal e municípios até o décimo dia

útil de cada mês, em parcelas proporcionais aos coeficientes individuais de cada estado discriminados em anexo ao PLS. O texto determina ainda que a União entregará 75% diretamente ao próprio estado e 25% aos seus municípios, na proporção da respectiva parcela de ICMS.

O projeto obriga o governo federal a definir em 30 dias após a publicação da lei as regras de prestação de informação pelos estados e pelo DF relativas à manutenção e ao aproveitamento de créditos de ICMS pelos exportadores. O ente que não prestar as informações ficará sujeito à suspensão do recebimento do auxílio.

Na justificativa, Lúcia Vânia observa que em 2004 a União instituiu o Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações (FEX), com a liberação de R\$ 900 milhões para estados e municípios. Entretanto, segun-



Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho (D) durante aprovação de projeto na Comissão de Assuntos Econômicos

do a autora, desde 2013, essa transferência deixou de ser regular, “o que tem prejudicado a programação financeira de estados e municípios”.

A desoneração foi estabelecida pela Lei Kandir (Lei Complementar 87/1996). Para o relator, “isentar impostos de produtos exportados é uma prática internacionalmente utilizada para garantir a com-

petitividade de um país”.

— Ocorre que, ao isentar o exportador do ICMS, os estados perdem arrecadação, reduzindo sua capacidade de investimento. Dessa forma, sem uma compensação, a isenção tributária concedida a exportadores pode ter o efeito paradoxal de reduzir a competitividade, ao não criar meios para o estado propiciar a infraestrutura físi-

ca e social necessária para o desenvolvimento da atividade exportadora — acrescentou.

Ferraço lembrou que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou uma ação, decidindo que o Congresso deve regulamentar até novembro a Lei Kandir. Se o Congresso não o fizer, o responsável pela regulamentação será o Tribunal de Contas da União (TCU).

CMO reforça verba para emissão de passaportes

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem o projeto que reforça o orçamento da Polícia Federal (PF) para permitir a retomada da emissão de passaportes. O texto (PLN 8/2017) reforça o orçamento da PF em R\$ 102,4 milhões, o que, segundo o governo, garante as emissões de passaporte até o fim do ano. O relator, deputado Delegado Francischini (SD-PR), apresentou parecer favorável.

Para evitar que a despesa impacte a meta de resultado primário deste ano, haverá um corte, no mesmo montante da suplementação, na verba destinada à participação do Brasil na ONU.



Dário Berger (2º à dir.) disse que conversou com o ministro do Planejamento

Inicialmente, o projeto enviado pelo governo previa como fonte para a suplementação orçamentária da PF o cancelamento de recursos do Ministério da Educação.

— Comuniquei ao ministro

Dyogo [Oliveira, do Planejamento] que o governo teria que encontrar outra fonte — disse o presidente da CMO, senador Dário Berger (PMDB-SC).

O Orçamento deste ano reservou R\$ 145 milhões para os passaportes, valor integralmente empenhado até junho. A PF atende uma média diária de 8 mil pessoas que requisitam passaporte. Elas pagam uma taxa de R\$ 257,25 pela versão comum do documento. Os recursos deveriam financiar as emissões, mas foram contingenciados para cumprir a meta fiscal.

Da Agência Câmara

Senadores se mostram indignados com medida que retirava recursos da educação

Antes da reunião da CMO, Dário Berger e a presidente da Comissão de Educação (CE), Lúcia Vânia (PSB-GO), informaram que reagiram imediatamente à proposta do governo, que previa que os R\$ 102 milhões para emissão de passaportes seriam retirados

de programas de formação do magistério. Fátima Bezerra (PT-RN) chamou de “absurda” a versão inicial, reforçando que a CMO recebeu um documento dos reitores das universidades e escolas técnicas federais pedindo verbas suplementares.

Seis comissões do Senado aprovam propostas de emendas à LDO 2018

As propostas de emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2018 de seis comissões do Senado foram aprovadas ontem.

Na Comissão de Meio Ambiente (CMA), sete propostas de emenda foram apresentadas e o relator, Davi Alcolumbre (DEM-AP), escolheu duas. As emendas contempladas tratam da gestão da Política Nacional de Resíduos Sólidos e da promoção de sistemas produtivos rurais sustentáveis.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) recebeu 59 sugestões, e 2 propostas foram definidas pelo relator, Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE). A primeira promove o desenvolvimento de micros e pequenas empresas. A segunda é para continuar o projeto de avião cargueiro tático militar.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou a implantação do Sistema de Defesa Cibernética, a ser gerido pelo Exército. Outra emenda trata da aquisição de 28 aviões cargueiros pela Força Aérea. No total, 126

emendas foram analisadas pelo relator, Jorge Viana (PT-AC).

A Comissão Senado do Futuro (CSF) aprovou emenda de Hélio José (PMDB-DF) sobre produção de equipamentos para telecomunicações. A segunda emenda prevê a implantação de projeto solar para geração de energia elétrica.

Foram apresentadas 23 emendas na Comissão de Direitos Humanos (CDH). O relatório de Regina Sousa (PT-PI) recomendou o reforço das metas de ações programáticas sobre direitos das mulheres e desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas, povos indígenas e comunidades tradicionais.

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou emenda que prioriza o aporte de recursos na Embrapa para pesquisas de técnicas de monitoramento do uso da terra. A segunda incentiva a disseminação de sistemas sustentáveis de produção agropecuária. O relator, Waldemir Moka (PMDB-MS), analisou 92 emendas.

Colegiado concluirá votação de emendas para desonerar folha de pagamentos

A comissão mista da medida provisória que estabeleceu a volta da cobrança de contribuição previdenciária patronal de 20% sobre a folha de pagamentos para a maioria dos setores da economia conclui hoje, às 9h30, a votação em separado de destaques ao texto aprovado em 28 de junho.

As emendas são para beneficiar mais segmentos com a desoneração da folha.

A MP 774/2017 manteve as desonerações apenas para os setores de transportes, construção civil e comunicação, mas o relator, senador Airton Sandoval (PMDB-SP), estendeu o benefício a empresas de tecnologia

da informação, call centers, de projetos de circuitos integrados, de couro, calçado, confecção ou vestuário e da área de defesa.

Na reunião de hoje da comissão mista, deverão ser acatadas cinco emendas para votação em separado. Elas poderão incluir outras empresas

na desoneração da folha de pagamentos, como as do setor de produção, distribuição, importação e exportação de equipamentos eletromédicos, eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação, de instrumentos e materiais para uso médico e odontológico e artigos óticos.

Deve seguir para a Câmara regulamentação da emenda constitucional que reconheceu a vaquejada como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural do país

Proposta sobre vaquejada passa em comissão

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem o projeto que regulamenta as práticas da vaquejada, do rodeio e do laço no Brasil (PLS 377/2016).

A proposta, de Raimundo Lira (PMDB-PB), regulamenta a Emenda Constitucional 96, aprovada recentemente pelo Congresso, que reconhece a vaquejada como um bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro. A emenda determinou que uma lei específica deveria regulamentar a prática para assegurar o bem-estar dos animais envolvidos.

O projeto foi aprovado em decisão final na CE, na forma do relatório de José Agripino (DEM-RN) e será agora encaminhado à Câmara, caso não haja recurso para análise pelo Plenário do Senado.

De acordo com o relatório, “ficam reconhecidos o rodeio, a vaquejada e o laço como expressões esportivo-culturais pertencentes ao patrimônio cultural brasileiro de natureza imaterial, sendo atividades intrinsecamente ligadas à vida, à identidade, à ação e à me-



Raimundo Lira, Lúcia Vânia, José Agripino e Otto Alencar comemoram aprovação de projeto na Comissão de Educação

mória de grupos formadores da sociedade brasileira”.

Entre as modalidades que passam a ser reconhecidas como esportivas equestres e tradicionais, estão o adestramento, o concurso completo de equitação, o enduro, o hipismo rural, as provas de laço e velocidade, a cavalgada, a cavalhada, o concurso de marcha, a corrida, as provas de rodeio e o polo equestre.

Deverão ser aprovados re-

gulamentos específicos para o rodeio, a vaquejada, o laço e as demais provas equestres, por suas respectivas associações, no Ministério da Agricultura. Estes regulamentos devem contemplar regras que assegurem a proteção e o bem-estar dos animais e prever punições para os casos de descumprimento.

Sem prejuízo de outras leis que tratem sobre o bem-estar dos animais, deve-se, em re-

lação à vaquejada, assegurar a eles água e alimentação suficiente sempre à disposição, assim como um local apropriado para o descanso. Também prevenir ferimentos e doenças por meio de instalações, ferramentas e utensílios adequados e prestação de assistência médico-veterinária.

O texto estabelece que os promotores de eventos devem utilizar protetores de cauda em todos os bois e garantir uma

quantidade mínima de areia lavada de 40 centímetros de profundidade na faixa em que acontece a pontuação.

Empregos

Raimundo Lira elogiou o aprimoramento feito por Agripino, ampliando o alcance inicial do projeto ao incluir o rodeio e o laço. O autor afirmou que a vaquejada gera entre 700 mil a 1 milhão de postos de trabalho, de maneira direta e indireta, e que acredita que o projeto atenderá as preocupações das entidades defensoras dos animais, ao mesmo tempo em que preserva “um setor altamente dinâmico da vida cultural nordestina”.

Para Ronaldo Caiado (DEM-GO), o projeto deverá contribuir para a superação de preconceitos ligados às tradições culturais dos homens do campo.

Já os senadores Antonio Anastasia (PSDB-MG) e Marta Suplicy (PMDB-SP) votaram contra a aprovação da proposta, por ainda não se sentirem seguros no que se refere ao bem-estar dos animais envolvidos.

Indígenas do sul denunciam desvios e assédio de dirigentes da saúde

Lideranças indígenas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina apresentaram ontem denúncias contra dirigentes da Secretária Especial de Saúde Indígena (Sesai) nesses estados, durante reunião da Comissão de Direitos Humanos (CDH). Dois deles são acusados de usar indevidamente bens e recursos públicos, desmantelar as ações de saúde e de praticar assédio moral e sexual contra indígenas e servidoras públicas da secretaria.

Documento foi entregue a Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que participou da reunião e dirige a Procuradoria da Mulher. A presidente do colegiado, Regina Souza (PT-PI), adiantou que a CDH

acompanhará o caso. Igual compromisso foi firmado por Vanessa, que elogiou a coragem dos líderes e das jovens indígenas em denunciar os assédios.

A cacique Angela Kaingang disse que jovens indígenas tiveram que enfrentar situação humilhante para denunciar os assédios em audiência no mês passado no estado.

— As meninas choraram e se humilharam na frente de mais de 200 lideranças para denunciar, enquanto o coordenador não fez nada — contou Ângela.

Como não houve providências, os líderes decidiram vir a Brasília, depois da ocupação de unidades do distrito sanitário no estado gaúcho.

Comissão debaterá resultados do Plano Nacional de Educação

A Comissão de Educação (CE) aprovou audiência pública com o objetivo de analisar os resultados relacionados às metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, em seus primeiros três anos de vigência. O requerimento foi apresentado pela presidente da CE, Lúcia Vânia (PSB-GO).

Para a audiência, ainda sem data marcada, serão

convidados representantes da ONG Todos pela Educação, do Instituto Rodrigo Mendes, da Fundação Itaú Social, do Instituto Ayrton Senna e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Fátima Bezerra (PT-RN) sugeriu chamar representantes da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Avança obrigatoriedade de seguro ambiental

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto que obriga a contratação de seguro por parte de empreendedor para proteger o meio ambiente e terceiros, caso seja determinado pelo órgão ambiental licenciador. O PLS 767/2015, aprovado com uma emenda do relator, segue para a Comissão de Meio Ambiente (CMA), que dará a decisão final.

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO), autor do projeto, explica que a contratação de seguro privado por parte de empreendedores é prática comum, mas opcional. Por

não ser obrigatório, nem todos os empreendedores o fazem e preferem arcar com eventuais perdas e danos a terceiros em caso de acidentes.

Tragédia

O relator, Jorge Viana (PT-AC), foi favorável à iniciativa e citou o exemplo da tragédia em Mariana, Minas Gerais, quando o rompimento da barragem de rejeito de minas de ferro da Samarco causou, além de 19 mortes, fortes danos ao meio ambiente e a centenas de famílias. O seguro da empresa foi insuficiente.

O relator, no entanto, achou

melhor emendar o projeto para determinar que a necessidade do seguro seja analisada caso a caso pelo órgão licenciador, para não prejudicar a atividade econômica. Ele sugeriu que o Executivo indique o agente público competente para determinar o valor do seguro mínimo.

Armando Monteiro (PTB-PE) disse que não votaria contra, mas chamou a atenção para o fato de haver poucas empresas seguradoras que oferecem tais tipos de seguro. Além disso, segundo ele, há risco de se burocratizar e enrijecer o licenciamento.

Aprovado projeto que fortalece registro de patentes

Os recursos obtidos por meio de serviços prestados pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi) deverão ser reinvestidos no próprio órgão, como determina o Projeto de Lei do Senado (PLS) 62/2017, de José Agripino (DEM-RN), aprovado ontem, sem voto contrário, pela Comissão de Assuntos Econômicos. O texto segue para a Câmara se não houver recurso para ser examinado pelo Plenário.

O Inpi arrecada mais de R\$ 300 milhões por ano com a prestação de serviços para empresas e universidades.

Mas como é autarquia federal, o dinheiro é contingenciado para contribuir na formação do superavit da União.

A fila de espera pelas patentes no Brasil pode chegar a 11 anos. Essa demora pode diminuir se o Inpi, órgão responsável pelo registro de patentes e marcas no país, tiver melhor infraestrutura, defende Agripino. O projeto impede que os recursos do Inpi sejam contingenciados.

Só para se ter ideia da morosidade no Brasil, comparou o senador, o tempo médio para registrar patente ou marca nos Estados Unidos é de dois anos

e meio. No fim de 2016, disse, o acúmulo de processos de pedidos de patentes no Inpi passava dos 240 mil.

— É incorreto que instituto com esse tipo de atividade e com receitas próprias abra mão desses recursos em vez de mantê-los para fortalecer o seu grau de atuação e até de incentivos à geração de patentes — afirmou.

A proposta recebeu parecer favorável do relator, Cristovam Buarque (PPS-DF), que considerou o fortalecimento do Inpi essencial para o avanço da inovação e do desenvolvimento tecnológico no país.